



BOLETIM 265 – ANO VII
08 de julho de 2016

FEDCONT no XXXV ENERCON em Florianópolis (SC).



A FECONTEC – Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina realizou entre os dias 1 e 2 de julho a 35ª edição do Encontro Nacional das Entidades Representativas de Contabilistas - ENERCON, no auditório do Hotel Mercure, em Florianópolis (SC). Na abertura o presidente da FECONTEC, Tadeu Oneda, deu as boas-vindas aos participantes e falou sobre os temas debatidos, destacando os principais temas da atual agenda nacional: Trabalho, Previdência e Momento Político.



Na cerimônia de abertura, falaram o presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, e da Federação do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia - FEDCONT, Luiz Sergio Rosa Lopes, que se manifestou em nome de todas as oito Federações de Contabilistas do Brasil: FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DE MINAS GERAIS, FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS NOS ESTADOS DO RJ, ES E BA , FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO CENTRO OESTE, FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO , FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO RIO GRANDE DO SUL, FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO PARANÁ E FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO NORTE E NORDESTE e FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DE SANTA CATARINA.



A carta de Florianópolis , carta Oficial do posicionamento das Entidades Sindicais , quanto a assuntos discutidos e decididos no XXXV ENERCON , que afligem a todos os cidadãos e trabalhadores , será divulgada por todas as entidades envolvidas no XXXV ENERCON e em especial a Federação dos Contabilistas nos Estados do RJ, ES e BA , que dará continuidade a sua colaboração iniciada pelo Seminário Especial de Reformas

Previdenciária, Trabalhista e Política , realizado de 23, 24 e 25/06/2016 , divulgando para todos os Deputados Federais e Estaduais e órgãos competentes a Carta Final de Florianópolis.

Estará disponibilizada no site da Entidade : www.fedcont.org.br , para conhecimento de todos.

SEMINÁRIO SOBRE DÍVIDA PÚBLICA E PREVIDÊNCIA ABRE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO E DE DIRETORIA DA CNPL



A Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL realizou, no dia 28/6, no auditório de sua sede, em Brasília, o seminário “A questão da dívida pública, os dilemas previdenciários e os seus impactos junto aos trabalhadores brasileiros”. Foram convidados para proferirem as palestras a auditora fiscal, Maria Lúcia Fatorelli Carneiro, coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, ex-presidente da Unafisco Sindical e Sérgio Wulf Gobetti, economista do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA, doutor pela Universidade de Brasília – UnB, ex-secretário de Política Fiscal e Tributária do Ministério da Fazenda. Também compareceu ao seminário o subprocurador-geral do Trabalho, Luis Antônio Camargo de Melo, que trouxe a visão do Ministério Público e da Justiça do Trabalho em relação à defesa dos trabalhadores.

“A apresentação desse seminário vem manter a tradição de a diretoria da CNPL, no âmbito de suas discussões internas, debater e oferecer propostas e soluções para os graves problemas que afligem o conjunto da sociedade brasileira seja no campo econômico, político, ético ou social. Faz parte da tradição histórica e do protagonismo inerente ao movimento sindical, chamar para si a responsabilidade de compor a vanguarda das lutas pelo trabalho decente, contra o trabalho escravo, contra o trabalho análogo a escravidão e contra a exploração do trabalho infantil. Cumpre também, ao movimento sindical, o monitoramento e a cobrança permanente por políticas sociais justas e progressistas. Por isso confio que estamos cumprindo e defendendo esses preceitos ao trazermos para o seio da CNPL eventos que permitam a atualização,

capacitação, formação e qualificação dos representantes laborais”, destacou o presidente da CNPL, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo ao recepcionar os participantes do evento.

Enfrentando a questão

Ao se dirigir aos representantes sindicais, o subprocurador-geral do trabalho, Luis Antônio Camargo de Melo, saudou a iniciativa da CNPL em trazer para o primeiro plano, discussões que englobem questões cruciais para o bem estar das relações de trabalho e para os trabalhadores brasileiros.

“Eventos como esse se revestem de grande importância por nos permitir lançar um alerta sobre o sistema previdenciário brasileiro, sobre as questões de terceirização e saúde do trabalhador, dentre outros temas. Parece-me que não estamos conseguindo proceder ao devido enfrentamento que a questão requer. O setor empresarial se encontra cada dia mais ativo na luta pela retirada dos direitos e conquistas dos trabalhadores. Na verdade, o universo laboral brasileiro apresenta hoje, como principal característica um altíssimo nível de adoecimento dos trabalhadores e não temos conseguido responsabilizar devidamente as empresas pelo cenário de precarização e as más condições de saúde oferecidas aos empregados”, afirmou Camargo.

Nação rica, povo pobre

Ao abrir o ciclo de palestras propriamente ditas, Maria Lucia Fatorelli Carneiro trouxe para o plenário a questão “Sistema da Dívida e Crises: Realidade e Abundância x Cenário de Escassez”. Maria Lúcia enfrenta uma verdadeira cruzada, ao longo de 16 anos, na tentativa de alertar à sociedade, ao setor produtivo e à classe trabalhadora da importância de se proceder a uma completa auditoria da dívida pública brasileira, segundo ela, a grande responsável pelas profundas mazelas nacionais ao produzir um paradoxo cruel: a existência de uma nação extremamente rica, com grande potencial de crescimento em inúmeras áreas, em contraponto a um povo pobre, sem esperanças e completamente desassistido em suas necessidades mais mezinhas.

“O que está provocando rombo nas contas públicas é o custo dos mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida alguma, como as elevadíssimas taxas de juros, praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, configurando-se uma transferência de renda e receita ao setor financeiro privado, proporcionando lucratividade crescente dos bancos, mesmo em um cenário supostamente recessivo”, explica a auditora.

Outro ponto destacado por Maria Lúcia, diz respeito à ilegal prática do anatocismo, ou seja, a incidência contínua de juros sobre juros, que promove a multiplicação da dívida por ela mesma. As escandalosas operações de swap cambial, realizadas pelo Banco Central, que correspondem à garantia do risco de variação do dólar paga pelo BC, principalmente aos bancos e a grandes empresas nacionais e estrangeiras e que provocaram prejuízos de centenas de bilhões em 2014/2015, também foram lembradas pela auditora”.

Na visão de Maria Lúcia, é inaceitável que um país, detentor da 9ª maior economia

mundial, da maior reserva de Nióbio do mundo (98%), material insubstituível e indispensável para o desenvolvimento tecnológico, a 3ª maior reserva petrolífera, maior reserva de água potável e da também maior área agriculturável do mundo viva sempre sob o signo da crise, crise esta que ela considera artificial, super dimensionada e apresentada neste viés tão somente para privilegiar o mercado financeiro internacional que assumiu o papel da governança global decidindo o destino de povos e nações que ficam à mercê desse insaciável apetite pelo capital, em detrimento de todos os demais valores atinentes aos direitos e a dignidade humana.

Crise fiscal, previdência e dívida pública

O segundo palestrante convidado para o evento, o professor Wulff Gobetti, ligado ao IPEA, apresentou o tema “Crise Fiscal, Previdência e Dívida Pública: Mitos e Realidades, buscando criar um paralelo na correlação entre as crises econômica e fiscal. De acordo com Wulff, o país entrou em crise por que o governo começou a gastar demais ou o déficit público provocou a crise econômica ou o contrário?

“De acordo com a visão do instituto, os dados mostram que o crescimento elevado do gasto público não é fenômeno recente, e que o problema central da política fiscal no governo Dilma não foi ter elevado o gasto, mas para onde esse gasto (e as desonerações tributárias) foi canalizado. A desaceleração econômica a partir de 2012 impactou o crescimento das receitas e, como a despesa continuou crescendo, os superávits primários foram rapidamente reduzidos e se transformaram em déficit”, explicou o economista.

Para Wulff, a combinação de déficit primário com uma conta de juros da ordem de 8% do PIB tornou a situação fiscal explosiva, pressionando a dívida pública para cima.

“Era possível ter evitado essa trajetória? Governo não errou ao manter ritmo de gasto? Com certeza o governo errou, mas o tamanho da crise não é proporcional aos erros nem era previsto por qualquer analista”, justifica o professor.

Fonte: Assessoria de Imprensa / Comitê de Divulgação CNPL

Dentre os participantes, destacamos o Diretor da Federação dos Contabilistas nos Estado do RJ, Es e BA e também Vice-Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Volta Redonda.



Página falsa da Receita Federal no Facebook esconde malware

O endereço em questão é muito bem disfarçado

Fonte: Fenacon *Link:* <http://www.fenacon.org.br/noticias/pagina-falsa-da-receita-federal-no-facebook-esconde-malware-808/>

Um grupo de criminosos está usando uma página do Facebook para enganar pessoas e instalar um malware que deixa seus computadores vulneráveis. Batizada de Restituição IRPF, a página se passa por um canal oficial da Receita Federal que promete facilitar problemas relacionados à declaração de imposta de renda. O problema é que o link divulgado, oferecido para que as pessoas verifiquem sua situação frente ao fisco, redireciona o usuário para um site bem diferente do proposto e que abre as portas de seu PC para conteúdo malicioso.



O endereço em questão é muito bem disfarçado e promete levar o usuário para a página da Receita, mas o endereço real é de um site chamado Quarto do Pânico, cujo único conteúdo é um download automático de um malware que atinge sistemas Windows, fazendo com que o computador fique completamente vulnerável. E, a partir disso, os hackers podem ter acesso a dados pessoais e outras informações sigilosas que podem ser usadas para ações criminosas.

O que realmente chama a atenção por aqui é que, à primeira vista, a página Restituição IRPF realmente engana, sobretudo por conta da miniatura do link mostrar o endereço da Receita Federal. Porém, não demora mais do que um minuto para você estranhar a existência de uma única postagem, a falta de dados e o fato de que todos os comentários sobre o tema terem sido apagados — o que mostra que os criminosos estão acompanhando as interações, evitando que outras pessoas os desmascarem na rede social. O problema é que ainda há muita gente acreditando que aquilo tudo é real.

Tanto que, até o fechamento desta matéria, a publicação criminosa possuía 245 compartilhamentos e a grande maioria não fazia menção ao fato de que aquilo era um vírus. Como a pessoa envia aquilo aos seus amigos sem comprovar sua veracidade, ela acaba divulgando o malware e ajudando os criminosos. Outro ponto que enganou muita gente é que os hackers se utilizaram de uma ferramenta do próprio Facebook para alcançar o maior número de possíveis vítimas.

A partir da ferramenta de promoção de conteúdo, eles conseguiram dar mais visibilidade ao link falso e fizeram com que mais de mil pessoas curtissem a página. Por isso, antes de clicar em qualquer coisa que seja aparentemente oficial ou prometa alguma facilidade relacionada a dinheiro, duvide. Observe bem o site e procure por indícios de que aquilo é

verdadeiro. Páginas falsas, como esta, quase nunca trazem outro conteúdo além daquele que vai instalar um vírus ou causar outra dor de cabeça, então comece a duvidar logo de cara quando ver algo assim.

No caso da Restituição do IRPF, fica fácil ver que ela foi criada nesta semana (ou já existe há mais tempo e foi apagada e retomada), tanto que o número de curtidas é bem reduzido para algo desse porte. Apenas para comparação, a fanpage verdadeira da Receita Federal é seguida por 79 mil pessoas e traz vários dados sobre o órgão, assim como conteúdo atualizado.

Fonte: Fenacon e CNT.

Conselho Nacional de Previdência Social discute reintegração de trabalhadores acidentados e venda de imóveis não utilizados



Encontro aconteceu em Brasília. Presidente do SINAB representou a CSB no debate

Centrais sindicais e representantes do governo federal reuniram-se, na última quinta-feira (30), em Brasília, para discutir mais uma vez um dos principais assuntos em pauta no País: a reforma da Previdência. Parte do cronograma de reuniões do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o encontro debateu a reabilitação e reinclusão de trabalhadores acidentados pelo INSS e a venda de imóveis inativos do Instituto para financiar o benefício.

Presente na reunião, o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil (SINAB), Lucio Bellentani, afirma que o objetivo do debate foi pensar um plano de ação para recapacitar e integrar profissionais – atualmente afastados por consequências oriundas de acidentes de trabalho – ao mercado. Mas alerta que o contexto político-econômico do País é um dos entraves ao programa.

“É um assunto bastante complexo, e o sucesso das medidas para a implantação efetiva deste projeto está muito atrelado à economia do Brasil. Ficou claro que para recapacitar esses trabalhadores será necessária a contratação de mão de obra, como médicos e fisioterapeutas, e é neste ponto que a gente barra na situação, dita pelo governo, deficitária da Previdência”, analisa o dirigente.

De acordo com o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, o déficit da pasta chegará a R\$ 146 bilhões em 2016 e corre o risco de alcançar a marca dos R\$ 200 bilhões no próximo ano – dados questionados pela CSB. Em 2015, enquanto a União divulgava uma receita negativa de R\$ 85 bilhões, a doutora em economia Denise Gentil destacou durante o II Congresso da Central que a Seguridade Social brasileira registrava superávit de R\$ 16,1 bilhões, uma diferença de mais de R\$ 100 bilhões.

Segundo o presidente do SINAB, é por esta divergência dos números que “a discussão não foi encerrada”. O sindicalista ainda garante que os membros do Conselho “voltarão a refletir sobre o tema nas próximas reuniões para encontrar uma solução”.



Outra pauta da mesa foi a venda de patrimônios do INSS. Em encontro do Grupo de Trabalho sobre a Previdência Social no início do mês de junho, o governo já tinha assumido o compromisso de vender 3.485 imóveis não operacionais estimados em R\$ 1,5 bilhão, que agora está em suspenso de acordo com Lucio Bellentani.

“Os imóveis inativos estão todos prontos para serem leiloados e/ou vendidos, mas existe uma série de impedimentos legais que exigirá mudanças em algumas leis para que isso realmente saia do papel. Então, nós temos que ver como vamos solucionar este problema. Por isso, a CSB e o SINAB farão uma análise aprofundada para que possamos realizar uma intervenção técnica, e não apenas de crítica e ataque”, assegura o dirigente.

Durante a reunião do Conselho Nacional, o ministério da Fazenda não emitiu nenhum parecer oficial do governo sobre ambos os temas, mas o debate continuará no próximo encontro, marcado para o dia 20/07.

Ou seja, se o cidadão trabalhou um mês, ele receberá 1/12 do salário mínimo, e não 100% como na regra vigente até junho de 2016.

Fonte: Notícias CSB

Ministro quer iniciar privatização da Saúde

Plano 'pé de boi' deixaria classe média fora do SUS

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, defendeu a criação de uma espécie de plano de saúde mais popular, com custos menores, numa tentativa de aliviar os gastos do governo com o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta mal consegue disfarçar a intenção de privatizar o SUS. O governo interino, que busca aumentar a idade para aposentadorias, também planeja deixar o atendimento público apenas para quem não consiga pagar nem mesmo o plano "pé de boi".

Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Barros disse que a ideia é que a adesão a esse tipo de plano seja voluntária. "Quando uma pessoa tem um plano, ela está contribuindo para o financiamento da saúde no Brasil", admitiu. "Ela participa dos custos de atendimento da saúde. Como os planos terão menor cobertura, parte dos atendimentos continuará sendo feita pelo SUS", acenou.

Barros explicou que a proposta consiste em oferecer planos de saúde com menos serviços ofertados do que o que foi definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) como cobertura mínima obrigatória. Isto traria como consequência a redução nas coberturas dos planos privados, o que interessa a operadoras e seguradoras.

O ministro destacou, entretanto, que será necessária a publicação de uma nova resolução, pela ANS, que revise a atual cobertura mínima obrigatória definida para a saúde suplementar. A pasta já entrou em contato com a agência reguladora, mas ainda não houve uma reunião formal para tratar do assunto.

FONTE : Monitor Mercantil 07/07/2016 E Boletim de Noticias Ernesto Pares 08/07/2016

Filiado a :

